

15^o

Congresso do SINDSEP-DF 

O papel do sindicato no combate
ao sistema capitalista

6 a 8 de dezembro de 2012

RESOLUÇÕES



Produção: Sindicato dos Servidores
Públicos Federais no DF (Sindsep-DF)
Secretaria-Geral
Secretaria de Comunicação e Imprensa
Fotos: Jane Franco e Cristiano Eduardo
Tel.: (61) 3212-1900
www.sindsep-df.com.br

DIRETORIA DO SINDSEP-DF

TRIÊNIO 2010/2013

■ **Secretaria-Geral**

Coordenador: Oton Pereira Neves - MS
Reinaldo Magalhães Redorat - MP
Elizabeth Gomes de Andrade - MDIC

■ **Secretaria de Organização e Patrimônio**

Coordenador: José Lourenço da Silva - Bacen
Francisco Rodrigues Lima - AGU
Antonia Ferreira da Silva - Funasa

■ **Secretaria de Finanças**

Coordenador: Manoel Antonio Rodrigues - FNDE
Benedito da Silva Maia - MPlanejamento
Maria de Jesus Santana da Silva - Inbra

■ **Secretaria de Formação**

Coordenadora: Mirian Vaz Parente - Ibama
Luis Henrique Donadio Baptista - MP
Lourdes Batista Magalhães - MTE

■ **Secretaria de Assuntos Jurídicos**

Coordenador: Reinaldo Felipe dos Santos - MF
João França Lopo - MEC
Inácio Pinheiro Lima - Imprensa Nacional

■ **Secretaria de Filiação e Política Sindical**

Coordenadora: Thereza Chistina de Alencar
Silveira - Funai
Isanete Soares de Oliveira - MAPA
Juvenal Gonçalves de Souza Lima - ENAP

■ **Secretaria de Aposentados e Saúde do Trabalhador**

Coordenadora: Maria Lícia Moraes Braga - MPS
Ivaldelice Pereira da Silva - MPS
Maria Gilza Ribeiro Fardin - Comando do Exército

■ **Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça**

Coordenador: Pedro de Alcântara Costa - Ibama
Aldenora Maria de Oliveira - MAPA
Adriana Maria da Conceição - HFA

■ **Secretaria de Comunicação e Imprensa**

Coordenador: Carlos Henrique Bessa Ferreira - Funasa
Moisés Alves da Consolação - MAPA
Reginaldo Dias da Silva - Comando da Aeronáutica

■ **Secretaria de Estudos Sócio Econômico e Empresas Públicas**

Coordenadora: Joalita Queiroz de Lima - CONAB
Erico Grassi Cademartori - MMA
Cláudio Pereira Santana - MRE

■ **Secretaria de Relações Intersindiciais e Parlamentares**

Coordenador: João Luiz Batista - ABIN
José Francisco dos Santos - MJ
César Henrique Melchades Leite - Funasa

■ **Diretores Efetivos**

Luiz Henrique Lima Rocha - ABIN
Valda Eustaquia Cardoso de Souza - HFA
Fenelina Pereira Rehem - Bacen

■ **Diretores Suplentes**

Janice Gomes Alves - MEC
Manoel Messias Ferraz Sobreira - MPS
Ada Regina Nogueira Viana - MS

■ **Efetivos do Conselho Fiscal**

Inácio Pereira do Nascimento - MRE
Enos Barbosa de Souza - CONAB
Maria do Rosário da Costa e Silva - MEC

■ **Suplentes do Conselho Fiscal**

Ildevina Gonçalves Justus - HFA
Aristides Meira de Souza - FNDE
Gerson Henrique Sternadt - IBAMA

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação | 5 |
| O papel do sindicato no combate ao sistema capitalista | |
| Introdução | 7 |
| 1. Conjuntura política nacional e internacional | 7 |
| 1.1 Conjuntura Internacional | 7 |
| 1.2 Conjuntura nacional | 10 |
| 2. Avaliação da Campanha Salarial 2012 | 13 |
| - Greve contrária política do governo | 14 |
| 3. Plano de Lutas dos Servidores Federais | 15 |
| - Anistia da compensação das horas em função da greve de | 15 |
| - Valorização da GEAP | 16 |
| - Campanha de Filiação | 17 |
| - 30 horas semanais | 17 |
| - Resgate da data-base – Todo 1º de maio | 17 |
| - Regulamentação da Convenção 151 da OIT e Revogação do Decreto 7.777/2012 | 18 |
| - Lei de Greve: É proibido proibir | 18 |
| - Integralização da Remuneração da Tabela de Lei nº 12.277/2010 | 19 |
| - Política Salarial | 19 |
| - Isonomia dos benefícios | 19 |
| - Paridade Ativos, Aposentados e Pensionistas e Revogação da Reforma da Previdência | 19 |
| - Fim da Contribuição Previdenciária dos Aposentados e - Pensionistas e do Fator Previdenciário | 20 |
| - Ascensão Funcional | 20 |
| - Retirada de Projetos de Leis contrários aos interesses dos servidores | 20 |
| - Luta contra as OS's | 20 |
| - Lutar pelo retorno de todos os Demitidos do Collor | 21 |
| - Contra a discriminação dos Anistiados | 21 |
| - Lutar pelo retorno dos PDVISTAS | 21 |

| | |
|---|----|
| - Transposição dos Celetistas do HFA | 21 |
| - Fim das terceirizações no setor público federal | 21 |
| - Outras Lutas | 22 |
| 4. Alterações estatutárias | 23 |
| Moção de Apoio | |
| A luta dos PDVistas | 29 |
| Contribuições | |
| Unidade dos trabalhadores (as) para derrotar as políticas neoliberais | 34 |
| Contribuição ao Congresso do Sindsep-DF | 43 |

APRESENTAÇÃO

De 6 a 8 de dezembro de 2012, 132 delegados e observadores eleitos em assembleias por local de trabalho participaram do 15º Congresso do Sindsep-DF, realizado no CNTI de Luziânia-GO. Os congressistas analisaram a conjuntura política nacional e internacional, avaliaram os resultados da Campanha Salarial de 2012, que sustentou uma greve vitoriosa de 72 dias, principalmente no que se refere ao aspecto político, visto que a unidade da categoria obrigou o Governo a recuar na posição intransigente de não dialogar e tão pouco conceder qualquer reajuste.

O Congresso também definiu o Plano de Lutas para o ano de 2013 que entre os tópicos aprovados defende a valorização do servidor e do serviço público, o respeito aos aposentados, a isonomia dos benefícios e a garantia do direito de greve aos servidores públicos. Foi aprovada ainda resolução no sentido de que a direção do Sindsep-DF dê início a uma Campanha de Filiação voltada especialmente para os recém-concursados e os servidores mais jovens.

A Plenária Deliberativa Final do 15º Congresso do Sindsep-DF, realizada no dia 8/12, aprovou também alterações no Estatuto do sindicato que refletiram em mudanças também no Regimento Eleitoral Permanente. Nesta publicação, as alterações aprovadas estão dispostas no tópico 4 do texto “O papel do sindicato no combate ao sistema capitalista”, que se encontra na página 7. O Estatuto e o Regimento atualizados com as alterações do Congresso serão disponibilizados em publicação a parte, tanto na forma impressa quanto eletrônica, no www.sindsep-df.com.br. Entre as alterações estatutárias está a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora.

Vale registrar aqui que os congressistas presentes na Plenária Final fizeram uma homenagem aos servidores Mirian Vaz Parente (Ibama), Enos Barbosa (Conab) – ambos integrantes da atual direção do Sindsep-DF –, e João Araújo (AGU), que participaram da fundação do Sindsep-DF, como forma de lembrar os 25 anos que a entidade completou em 2012.

Oton Pereira Neves
Secretário-Geral do Sindsep-DF
Gestão 2010-2013



Cartaz elaborado no piquete de greve do Ministério da Saúde em 2012

O PAPEL DO SINDICATO NO COMBATE AO SISTEMA CAPITALISTA

Introdução

Companheiros e companheiras,

O 15º Congresso do Sindsep-DF aconteceu após a realização de uma greve histórica e vitoriosa dos servidores federais, na qual o Sindsep-DF teve uma participação decisiva e num momento em que a humanidade enfrenta uma crise aguda do sistema capitalista, com ataques brutais aos direitos dos trabalhadores. No Brasil, o Governo contingenciou bilhões do Orçamento Federal aprovado pelo Congresso Nacional e propôs o congelamento da remuneração dos servidores federais por dez anos. Foi nesse contexto que a direção do Sindsep-DF apresentou este documento para fomentar a discussão política na perspectiva de fortalecer cada vez mais nossa entidade, construindo os meios necessários e buscando a unidade com as demais entidades da classe para a defesa da nossa categoria e dos interesses de todos os trabalhadores.

1. Conjuntura política nacional e internacional

1.1 Conjuntura Internacional

A crise do sistema capitalista se agrava no mundo inteiro. Grécia, Itália, Portugal, Irlanda, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha sofreram nos últimos dois anos mais de 24 “planos de austeridade”, ditados pela “troika” (FMI-União Europeia-Banco Central Europeu). Entre cortes nos serviços públicos e aumentos de impostos, foram empurrados cerca de um trilhão de euros para o ralo do capital financeiro. O resultado é recessão, desemprego, corte de direitos, mas também resistência dos trabalhadores e povos com manifestações recordes nesses países.

No mesmo processo, onde não falta a vontade de luta e resistência dos trabalhadores e povos, existem direções sindicais que aceitam a política do “consenso” com governos e capitalistas que, ao fim e ao cabo, vão despejar os sacrifícios nas costas dos trabalhadores para salvar seu sistema de exploração em crise.

A existência do G20 em nada altera a situação, pois o poder de decisão continua nas mãos do imperialismo mais poderoso, os EUA, cabendo aos demais países, como os chamados “emergentes”, dentre eles o Brasil, representar papel de coadjuvantes e fornecedores de matéria-prima (commodities) a preço vil, com a galopante e irreversível queima de seus recursos naturais.

Qual o papel de uma organização sindical neste cenário? Certamente não é o de carregar o peso da falência do sistema dos capitalistas e especuladores que criaram a atual crise que empurra o mundo à barbárie.

Para defender os trabalhadores e as nações contra os efeitos destrutivos da crise do sistema capitalista e impulsionar uma contra-ofensiva, mais do que nunca é necessária a independência de classe das organizações sindicais. Nosso sindicato, a Condsef e a CUT devem defender com unhas e dentes o que foi conquistado e recusar, portanto, a política de ajuste proposta pelo FMI, mantendo sua independência diante dessas instituições e governos. Devemos exigir a auditoria da dívida pública se integrando aos demais movimentos sociais e participando das manifestações, atos, plebiscitos, etc.

Da mesma forma que devemos recusar os apelos à co-gestão dos serviços públicos ou o “acompanhamento” da aplicação das medidas formuladas pelo Banco Mundial, a que são chamadas as organizações sindicais de todo o mundo.

Tomemos como exemplo a Conferência da ONU Rio + 20, que se realizou em nosso país em junho de 2012: as organizações dos trabalhadores são chamadas a participar, em pé de igualdade com ONGs que não representam ninguém, com instituições patronais, governos e agências do imperialismo (FMI, BM) que aplicam os planos “austeridade” contra as massas, a buscar “em

comum" medidas "criativas" para conviver com a crise do capital. Trata-se de uma diluição de nossas organizações na geléia geral da chamada "sociedade civil", para tentar evitar que elas sejam instrumentos de luta contra os responsáveis pela crise. .

O aumento da exploração e da destruição da força de trabalho, apresentado como "saída" para a crise mundial, é acompanhado por uma política de guerras manejadas pelas grandes potências, em particular os EUA.

Em resposta aos efeitos da crise, no norte da África, começou um processo revolucionário na Tunísia, ainda inacabado, que influenciou diretamente as mobilizações no Egito onde as massas expulsaram Mubarak do poder e continuam mobilizadas.

Diante dessa situação, que não é "específica" dos países árabes e que, como na Grécia, já se instalou na Europa, o imperialismo intervém militarmente.

Tal como no passado fez no Iraque e Afeganistão, transforma ex-aliados, como Bin Laden e os ditadores Kadafi e Assad, em "inimigos da humanidade" para justificar intervenções militares que, longe de restabelecer a "democracia", reforçam sua dominação direta sobre recursos naturais e matérias-primas que dilaceram as nações. Ontem foi a Líbia, hoje e amanhã a Síria ou o Irã. A posição independente das organizações dos trabalhadores só pode ser a **oposição frontal a qualquer intervenção militar imperialista nestes ou em quaisquer outros países**, sem que isso implique apoio a nenhum governo, mas sim solidariedade com os trabalhadores, defendendo que a nação defina o seu próprio destino de forma soberana.

O Sindsep-DF deve manter a solidariedade à luta de povos irmãos, como os palestinos e o povo do Haiti, que vem sofrendo com a ocupação militar por parte de tropas da Minustah (ONU) comandadas pelo Brasil, que além de ter sofrido com o terremoto de 2010, epidemia de cólera, tem suas mobilizações reprimidas pelas tropas, que defendem o atual governo fruto da fraude eleitoral. As forças de ocupação no Haiti protegem as Zonas Francas,

verdadeiras prisões de trabalhadores, onde os direitos humanos e sindicais são desrespeitados com demissões seguidas de sindicalistas que nelas atuam. **Retirada imediata das tropas da ONU do Haiti, que os soldados brasileiros voltem para casa!**

Além disso, o Sindsep-DF defende o fim imediato do embargo econômico patrocinado pelos EUA contra o povo cubano, e exige a libertação dos cinco heróis cubanos presos ilegalmente em penitenciárias estadunidenses, pois não cometeram nenhum crime.

1.2 Conjuntura nacional

É inegável que quem elegeu a presidente Dilma foi o povo trabalhador brasileiro, para suceder Lula, ambos do PT, com uma clara opção para barrar a volta dos privatistas tucanos, isto é a privatária tucana, na perspectiva de promover as mudanças necessárias para fazer do Brasil um país soberano que atendesse às reivindicações represadas de seu povo.

No entanto, a constituição de um governo de ampla coalizão, com um papel destacado do PMDB, partido que representa os interesses da classe inimiga dos trabalhadores (latifundiários, grandes empresários, banqueiros), que congrega setores dos mais corruptos e oportunistas de todas as espécies e outros “aliados” de ocasião, desde a sua posse, já estabeleceu obstáculos para a satisfação dessas expectativas.

Nós, servidores federais tivemos uma primeira prova na Campanha Salarial de 2011, a primeira sob o governo Dilma, na qual nossas reivindicações, no essencial, foram negadas.

O ano de 2012 começou com o corte no Orçamento federal de R\$ 55 bilhões, ampliando-se a parcela a ser utilizada para pagamento de dívida e juros (o superávit primário), o que já representava quase metade das verbas do orçamento da União. Essa política de “austeridade” do governo Dilma levou os servidores a realizar a importante greve de 2012, cuja avaliação consta deste documento em item próprio.

Metade dos cortes atingiu investimentos do governo federal, comprometendo ainda mais as políticas sociais no país. A Educação perde R\$ 1,9 bi e Saúde R\$ 5 bi, quase 5% do que fora aprovado na lei orçamentária. Outros R\$ 13 bi serão cortados de ministérios como os da Assistência Social, Integração Nacional, Cidades, Transportes, Agricultura e Desenvolvimento Agrário, o qual teve uma redução de 25% no Orçamento de 2012. Além disso, R\$ 7,7 bi em benefícios previdenciários. Toda a verba do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e do complemento do governo federal ao FGTS foi eliminada.

A alegação do governo é que precisa mostrar aos credores da dívida “responsabilidade fiscal”. A quem afinal o governo deve os R\$ 1,8 trilhões (quase 40% do PIB) de dívida pública? Bancos, “fundos de investimento” e seguradoras são donos de 75% dos títulos federais. Estrangeiros detêm outros 11%. O negócio principal deles é viver dos juros do governo. Não por acaso, quase 30% do lucro mundial do grupo Santander em 2011 foi obtido no Brasil.

Por que o governo não enfrenta os especuladores? Por exemplo: a centralização e controle do câmbio impediria a fuga de capitais do país e poderia barrar a enxurrada de importados que destrói a produção local provocando uma desindustrialização no Brasil. O governo teria assim poder para cortar bruscamente juros e neutralizar a especulação.

Mas, a política econômica do governo Dilma, com as ainda altas taxas de juros e a abertura do país ao mercado mundial em crise, com exportações de matérias primas e produtos do “agronegócio”, muito ao contrário de defender a nação da crise aumenta a sua vulnerabilidade. As reformas estruturais necessárias, como a Reforma Agrária, não avançam ou retrocedem. Tendo sido realizados apenas dez assentamentos em 2012, um dos mais baixos números da história. Soma-se a isso a truculência policial no trato com os movimentos dos trabalhadores rurais. A “6ª economia do mundo” ostenta graus recordes de desigualdade social e de renda, ocupando a vergonhosa 4.ª pior posição em desigualdade dentre os países da América do Sul e Caribe.

Mais do que nunca é preciso a independência e autonomia de nossas organizações sindicais, como a Condsef e a CUT, para cobrar do governo Dilma outra política: o reforço do papel do Estado, contraditório com a privatização, com o dinheiro público, dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília feita em fevereiro, bem como, em agosto, no auge da greve dos servidores, Dilma preparava o pacote de isenções fiscais para empresários de vários setores, com desonerações nas folhas salariais e concessão/privatização da operação de rodovias, portos e aeroportos, como se fosse a única alternativa. Sobre este último tópico, o megaempresário Eike Batista, homem mais rico do país, comentou: “É um Kit Felicidade!”. A dialética da luta de classes é clara: Se o empresário sorri de orelha a orelha, o povo por sua vez tem todos os motivos para se preocupar, pois são interesses inconciliáveis. Temos que exigir o fortalecimento do mercado interno com melhores e maiores salários nos setores público e privado; a reestatização do que foi privatizado, a efetiva reforma agrária que fere os interesses dos ruralistas (que por ironia estão em grande número na “base aliada” do governo), que haja concursos públicos e aumento orçamentário, que a riqueza do Pré-sal seja utilizada para melhorar as condições de vida de nosso povo, com uma Petrobrás 100% estatal; que a valorização do Salário Mínimo avance mais rapidamente; que os investimentos necessários sejam feitos na Educação e na Saúde públicas, de modo que a classe trabalhadora não fique à mercê da saúde privada e complementar. Para responder aos anseios dos trabalhadores e da maioria do povo brasileiro, o governo deve romper com a política de superávit primário, revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (que privilegia o pagamento das dívidas e bloqueia a valorização salarial dos servidores).

O Sindsep-DF deve chamar a Condsef e a CUT para barrar o Projeto de Lei que prevê o Acordo Coletivo Especial que permite reduzir os direitos estabelecidos na CLT, continuar a luta pela revogação do Decreto 7.777/12, autoriza a contratação de fura-greve e intensificar a luta pela redução para os celetistas da jornada

de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários contra as contratações temporárias e pela realização de concurso público, pelo respeito ao direito de greve dos servidores e regulamentação imediata da Convenção 151 da OIT, que garante negociações entre sindicatos de servidores e seus empregadores, pela liberdade e autonomia sindical (fim do imposto sindical), numa pauta da classe trabalhadora que é a verdadeira saída para defender a nação brasileira da crise mundial de um sistema esgotado.

2. Avaliação da Campanha Salarial 2012

A Campanha Salarial 2012 do Sindsep-DF, que sustentou uma greve de 72 dias (18 de junho a 28 de agosto), foi uma das mais bem sucedidas dos últimos anos, contando inclusive com servidores recém-concursados. Graças ao investimento político e material do Sindsep-DF, e ao apoio da Condsef e da CUT, que buscaram a unidade dos servidores de Brasília e de todo o Brasil, o governo foi forçado a sair do zero de reajuste para uma proposta que, embora aquém das necessidades da categoria e injusta para os aposentados (que só receberão 50% do valor do reajuste), arrancou um aumento que varia de 9% a 37% (em três anos), e que somado aos reajustes de outras categorias representa mais de R\$ 22 bilhões do Orçamento da União, recurso que se não fosse para os servidores iria parar nas mãos dos banqueiros, latifundiários e grandes empresários, apesar de a direção da Condsef não ter organizado no Comando Nacional de Greve.

Na avaliação da direção do Sindsep-DF, os servidores públicos federais são vitoriosos não apenas pela conquista financeira, mas especialmente por terem resistido bravamente a todas as investidas do governo de desgastar a mobilização da categoria, se negando a negociar e depois enrolando as discussões nas mesas de negociação. Com isso, o governo só apresentou a primeira proposta aos servidores em 20 de agosto e, em virtude da persistência da categoria, melhorou a proposta em 26/08.

O principal acordo foi fechado com a Condsef, que representa 800 mil trabalhadores. Nesse caso, além do reajuste salarial, foi acordado um reajuste nos benefícios dos servidores do Executivo: o auxílio-alimentação deve passar de R\$ 304 para R\$ 373 e os planos de saúde terão reajuste entre 15% e 30% na contrapartida do Governo. Os novos valores passam a valer a partir de janeiro de 2013.

O governo também tentou acabar com a mobilização atacando o direito de greve dos servidores, por meio do corte do ponto e da publicação do Decreto 7.777/12, que autoriza o absurdo de contratar fura-greves para substituir os servidores em luta, por meio de convênios com prefeituras e Estados, além da terceirização. É importante ressaltar que mesmo antes de abrir as negociações, o governo cortou o ponto dos servidores, o que culminou com o confisco integral do salário de muitos grevistas. Além disso, ficou clara a postura irresponsável do governo no que toca a reposições dos serviços paralisados, na prática aguardando que as entidades sindicais propusessem a forma que os serviços seriam repostos.

Greve contraria política do governo

Ao enfrentar a truculência do governo e exigir da presidenta Dilma Rousseff uma política de valorização do serviço público, de respeito às entidades sindicais representativas do funcionalismo, e o fim dos ataques ao direito de greve, os servidores conseguiram contrariar em parte a política equivocada do governo de total submissão ao mercado financeiro. Política essa que desvia quase metade do Orçamento da União para pagamento de juros e serviços da dívida pública, que concede isenções fiscais aos grandes empresários de forma a favorecer o grande capital, privatiza aeroportos e rodovias, bem como desonera a folha de pagamento, comprometendo a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada (com a manutenção ao fator previdenciário). Tudo isso em detrimento do serviço público que é tão necessário ao povo brasileiro.

Ao analisar o cenário do início da Campanha Salarial, quando o governo sequer cogitava abrir negociações, é possível concluir que o aumento só veio pela força da greve. Prova disso foram as inúmeras vezes em que a presidenta Dilma Rousseff foi à imprensa dizer que reajustar salário de servidor não era prioridade neste momento. Tais conquistas, são fruto do imenso esforço e dedicação de cada servidor(a). Esforço esse, muitas vezes de natureza física, caminhando debaixo de sol nas marchas, enfrentando o frio, seja nos ventos matutinos nos piquetes na frente dos órgãos e ministérios, seja participando de vigílias, muitas vezes noturnas no Ministério do Planejamento.

Milhares de servidores no DF e em todo país paralisaram suas atividades, participando de marchas e atos chamados pelo Sindsep-DF, Condsef e CUT, em defesa de suas demandas.

Sendo assim, foi com a greve que os servidores demonstraram a sua capacidade de luta e unidade em torno das reivindicações. Mas nem todos os setores aderiram à greve, o que significa dizer que se todos tivessem aderido o resultado poderia ser mais positivo.

3. Plano de Lutas dos Servidores Federais

Anistia da compensação das horas em função da greve de 2012

Depois de muita enrolação e várias idas e vindas dos sindicalistas ao Ministério do Planejamento e demais órgãos, o governo finalmente devolveu o restante dos salários confiscados em função da greve. O pagamento foi autorizado em folha suplementar de 15/10/2012. Para garantir a devolução, a direção da Condsef enfrentou uma verdadeira maratona para assinar os termos de acordo setoriais de reposição dos dias da greve, exigência do secretário de Relações do Trabalho (SRT/MPlanejamento), Sérgio Mendonça, que homologou os termos. Agora, o Sindsep-DF fará a luta para que as horas ainda não compensadas sejam anistiadas, visto que a greve foi legal e legítima e jamais poderá ser

considerada como falta ao trabalho e por isso não pode ser descontada na folha de pagamento e nem constar como ausência ao trabalho nos registros funcionais. E para isso buscará apoio da Condsef e da CUT.

Neste sentido, o sindicato orientou aos servidores a não assinarem a opção individual que alguns Termos permitiam para a não compensação dos dias parados, pois além de implicar em registro das faltas e desconto na folha de pagamento, abre um precedente gravíssimo, uma vez que o próprio trabalhador reconhece que o patrão pode descontar os dias da greve no seu salário. O Governo não pode impor ao servidor trabalhar a mais do que o horário normal e estabelecer um banco de horas interminável a cada greve que ocorrer.

O sindicato também irá pressionar o Governo a homologar imediatamente os Termos de Acordo dos servidores do MTE, Turismo, Previdência, Aeronáutica e todos os demais órgãos que ainda não tiveram seus respectivos acordos homologados.

Considerando que ainda há muito tempo para a reposição dos dias parados, alguns cronogramas terminam em 2014. Além disso, o fato de a Condsef ter assinado os acordos não impede uma nova negociação com o governo. No entanto, para que o sindicato saia vitorioso nesta negociação, é necessário que os servidores mantenham a mobilização nos locais de trabalho. Pois foi graças à unidade da categoria que o governo se viu obrigado a sair do zero de reajuste em 2012.

Valorização da GEAP

O Sindsep-DF vai exigir da CUT e da Condsef intervenção imediata junto a Governo Federal no sentido de ampliar a atuação do Plano de Saúde da GEAP, hoje limitada pelas restrições impostas pela ANS na prestação dos seus serviços aos órgãos não mantenedores da GEAP, e que os serviços prestados aos seus usuários (servidores públicos e empregados públicos) sejam de

qualidade e os valores acessíveis. Isto considerando o nível atual das contribuições reajustadas muito acima dos reajustes salariais, tornando impraticável o acesso dos trabalhadores públicos aos serviços da GEAP. Além disso, o sindicato defende que a Gestão da GEAP seja democrática, com a participação do servidor na sua direção.

Campanha de Filiação

A direção do Sindsep-DF vai realizar um trabalho de filiação e formação política dos servidores, tendo como prioridade os recém-concursados e a juventude do serviço público federal.

30 horas semanais

O Sindsep-DF lutará pelo estabelecimento de 30 horas semanais para os servidores públicos federais, sem a redução de salário.

Resgate da data-base – todo 1.º de maio

Esta é uma questão estrutural na política de recursos humanos, portanto, o principal eixo de luta. A política imposta por FHC e mantida pelos oito anos do governo Lula e pelo atual governo da presidente Dilma, deixou os servidores sem um referencial para a correção anual de salários, reféns das mesas de negociações permanentes, onde as direções nacionais, sem uma participação mais unificada da categoria, ficam totalmente impotentes. Precisamos de uma data-base pré-fixada, assegurada em lei, que obrigue o governo a instalar a negociação, com prazo estipulado com início e fim, pois não se justifica uma pretensa negociação que se estende indefinidamente. A definição de data-base servirá como referencial inclusive para preparação da mobilização, canalizando esforços e recursos para a mobilização em um período específico do ano, para um eventual enfrentamento caso não se chegue a um acordo.

Regulamentação da Convenção 151 da OIT e Revogação do Decreto 7.777/2012

Ao mesmo tempo em que luta pela anistia das horas da greve, o Sindsep-DF organiza a mobilização pela regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata da negociação coletiva no setor público, foi ratificada pelo Congresso Nacional em 2010, e até o momento o executivo não enviou o PL para sua regulamentação, inviabilizando a negociação coletiva entre servidores e governo.

Na avaliação da direção, a demora na devolução dos salários e a absurda exigência de compensação dos dias parados além de ser uma tentativa do governo de ofuscar a vitória dos servidores e das entidades representativas do funcionalismo, só ocorre porque não existem regras para a negociação coletiva no âmbito do serviço público. A falta de regulamentação também se refletiu nos inúmeros ataques do governo Dilma ao direito de greve, por meio do corte do ponto e da publicação do Decreto 7.777/12, que autoriza a contratação de fura-greves, que deve ser revogado imediatamente.

Lei de Greve: É proibido proibir

O direito de greve dos servidores é assegurado na Constituição Federal, fruto de muita luta dos trabalhadores do setor público. O Sindsep-DF esteve na dianteira dessa batalha. Não podemos permitir que esse direito seja retirado por meio das propostas de regulamentação em curso, que na verdade restringem o direito de greve dos servidores. Atualmente, por omissão legislativa e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), as regras de greve para os servidores públicos são as mesmas do setor privado, que também são inaplicáveis. A luta é para que a greve seja autorregulamentada pelos próprios trabalhadores.

Integralização da Remuneração da Tabela de Lei n.º 12.277/2010

A extensão dos benefícios da Lei 12.277/10 para todos, que concedeu em 2010 um aumento salarial em torno de 78% para cinco cargos de nível superior de diversos planos de carreiras do Executivo Federal, é uma questão de justiça para os servidores. O próprio governo, por pressão dos servidores, assinou um Protocolo em 2011 se comprometendo que o restante seria concedido em 2013 e 2014.

Política Salarial

Política salarial permanente com reposição inflacionária e ganho real sobre o salário base e todas as atuais gratificações, enquanto não ocorre a incorporação de todas as gratificações ao salário base.

O sindicato irá exigir ainda que os cargos públicos sejam ocupados por servidores públicos concursados.

Isonomia dos benefícios

Isonomia dos benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-creche, plano de saúde, diárias de viagens a serviço) com os demais poderes.

Paridade Ativos, Aposentados e Pensionistas e Revogação da Reforma da Previdência

Esta luta não deve se ater a meras bandeiras de luta, mas a ações mais efetivas, envolvendo atividades de massa de servidores ativos e aposentados. Neste sentido, é necessário intensificar a participação dos aposentados na luta da categoria, a exemplo do que ocorreu no dia 18/10, quando mais de 60 aposentados foram para frente do Supremo Tribunal Federal exigir daquela Corte mais agilidade no julgamento das ações de interesse dos trabalhadores.

Fim da Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas e do Fator Previdenciário

O governo aplica de forma inversa o princípio da classe trabalhadora, qual seja, nós defendemos a solidariedade entre gerações, já o Governo cobra a contribuição previdenciária dos aposentados, o que é inadmissível, visto que os mesmos já contribuíram por toda a sua vida laboral.

Ascensão Funcional

Hoje mais da metade dos servidores que se encontram nos níveis auxiliar e intermediário possuem formação superior, e a maioria exerce função de nível superior. Há de se considerar ainda que a ascensão funcional deve fazer parte da política de Recursos Humanos do governo integrando o Plano de Carreira, carreiras novas como Políticas Sociais, Gerente Executivo, Infraestrutura, Agente de Trânsito Federal, e integrando os servidores do quadro atual.

Retirada de Projetos de Leis contrários aos interesses dos servidores

Lutar pela retirada no Congresso Nacional de todos os Projetos de Lei que retiram direitos e/ou impedem conquistas dos servidores, como por exemplo: PL: 549/09, que trata de congelamento do salário dos servidores; PLP 248/98, que trata de demissão de servidor por suposta insuficiência de desempenho.

Luta contra as OS's

Barrar as Organizações Sociais que privatizam e precarizam os serviços públicos, exigindo a anulação da Lei que as instituiu, é um elemento central para defender um serviço público de qualidade e as condições de trabalho e salário dos próprios servidores.

Lutar pelo retorno de todos os Demitidos do Collor

Lutar pelo retorno de todos os trabalhadores demitidos pelo governo Collor. Não é aceitável que um crime praticado pelo Estado brasileiro seja prescrito. Portanto, a lei de anistia não pode ter prazo de validade. Neste sentido, o Sindsep-DF irá solicitar ao Ministério do Planejamento que seja emitido um Decreto de Lei concedendo 90 dias aos anistiados que perderam o prazo poderem entrar com seus requerimentos de retorno.

Contra a discriminação dos Anistiados

Lutar pelo fim da discriminação funcional e do assédio moral aos reintegrados em função da Lei de Anistia e principalmente implantar mecanismos visando forçar o Governo a realizar a transposição do Regime Celetista para o RJU.

Lutar pelo retorno dos PDVISTAS

Lutar pelo retorno de todos os servidores do serviço público federal que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) e ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), pois, foram enganados pelo governo, na promessa de capacitação e financiamento para a inserção dos companheiros no mercado.

Transposição dos celetistas do HFA

O Sindsep-DF lutará pela transposição dos empregados públicos do Hospital das Forças Armadas (HFA) do Regime Celetista para o Estatutário. E, enquanto isso não ocorrer, vai lutar para que sejam assegurados aos empregados públicos do HFA todos os direitos e benefícios concedidos aos estatutários.

Fim das terceirizações no setor público federal

Lutar por concurso público, pelo fim da terceirização e de contratação de trabalhadores temporários no serviço público, pois

ambos precarizam a mão de obra com a ausência de direitos. Lutar a favor do Regime Jurídico Único (Lei 8112/90), com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos trabalhadores. Fim dos convênios com ONG'S e contratações de trabalhadores via Organismos Internacionais.

Outras Lutas

- a) Lutar pela Reforma Agrária;
- b) Lutar pela retomada de todos os direitos retirados da Lei 8.112/90, com a Reforma Administrativa do Governo FHC, e também que haja avanços na lei no sentido de incluir o aumento do período das licenças maternidade e paternidade;
- c) Lutar para que sejam feitas auditorias dos contratos vigentes, das prestadoras de serviços, do contrato temporário, e das consultorias internacionais. Lutar pela extensão da Gratificação de Desempenho da SPU (GIAPU) aos servidores reintegrados cedidos à SPU;
- d) Lutar com prioridades para a estruturação do Plano (Único) de Carreira dos Servidores Públicos Federais;
- e) Lutar para que seja discutido o decreto que regulamenta a progressão funcional, o qual ainda é da época da Ditadura Militar;
- f) Pagamento de 100% do plano de saúde pelo Governo;
- g) Isenção de imposto sobre os produtos da cesta básica para os trabalhadores;
- h) Plano habitacional para os servidores sob o controle dos mesmos;
- i) Educação gratuita para todos os trabalhadores e seus dependentes;
- j) Pelo direito irrestrito de greve.

4. Alteração Estatutária

Nº 1 - Emenda aditiva (onde couber)

Incluir como categoria de trabalhadores representada pelo Sindsep-DF os servidores Aposentados e os Pensionistas, os Demitidos por Processo Administrativo Disciplinar, os Demitidos do Governo Collor e os PDVistas, com plenos direitos e deveres, sendo que os pensionistas têm direito a votar, mas não de serem votados, e os demitidos do Governo Collor e os PDVistas não podem votar e serem votados para a direção do sindicato.

Nº 2 - Emenda aditiva

Incluir no Art. 6º a carência de filiação em casos de tramitação de processos na justiça ou defesa em Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Art. 6º (...)

e) Manter-se filiado enquanto esteja tramitando processos na Justiça ingressados pelo Sindsep-DF ou ação de defesa em Processo Administrativo Disciplinar.

Nº 3 - Emenda modificativa

Alterar número total dos membros efetivos para contemplar a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora

*Art. 19 - A administração do Sindicato será exercida por uma Diretoria Administrativa composta de **36 (trinta e seis)** membros efetivos que compõem Secretarias e mais 03 três membros efetivos e 03 (três) suplentes que não compõem Secretarias.*

Nº 4 - Emenda modificativa

Alterar o nome da Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça

*Art. 20 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:
(...)*

h) Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia

Nº 5 - Emenda aditiva

Incluir a Secretaria da Mulher Trabalhadora entre as já elencadas no Art. 20.

Art. 20 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:

(...)

l) Secretaria da Mulher Trabalhadora

Nº 6 - Emenda modificativa

Modificar o parágrafo 3º do Art. 20 que trata da criação de coletivos.

Art. 20 (...)

§ 3º - A diretoria terá a atribuição de criar coletivos para a realização de ações específicas e, em particular, ficam criados o coletivo de anistiados, PDVistas, agências, terceirizados e juventude vinculado à Secretaria de Estudos Socioeconômicos e Empresas Públicas.

Nº 7 - Emenda modificativa

Alterar número total dos coordenadores para contemplar o coordenador da Secretaria da Mulher Trabalhadora

*Art. 21 - A Diretoria Executiva será composta pelos **12 (doze)** coordenadores de cada secretaria.*

Nº 8 - Emenda aditiva

Art. 28 - À Secretaria-Geral e ao Coordenador da Secretaria-Geral competem:

(...)

10) Representar a entidade perante todos os poderes constituídos.

Nº 10 - Emenda aditiva

Acrescentar atribuições da Secretaria de Organização e Patrimônio

Art. 30 - São atribuições da Secretaria de Organização e Patrimônio:

13) Representar, em conjunto com a Secretaria de Finanças, o sindicato junto aos órgãos públicos federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas e bancos em geral.

Nº 11 - Emenda supressiva

Excluir a atribuição da Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça uma vez que está criada a Secretaria da Mulher Trabalhadora.

Art. 36 - São atribuições da Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça:

~~8) Criação de um coletivo de mulheres.~~

Nº 12 - Emenda aditiva

Criar dispositivo com as atribuições e competências da Secretaria da Mulher Trabalhadora

Art. 39 - São atribuições da Secretaria da Mulher Trabalhadora:

- 1. Implementar a Secretaria da Mulher Trabalhadora;**
- 2. Elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior do Sindsep-DF para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero e classe, orientação sexual, subsidiando-as para o debate e para a prática destas questões;**
- 3. Organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical;**
- 4. Acompanhar na Secretaria de Assuntos Jurídicos as ações judiciais que se referem às questões de assédio sexual, assédio moral e casos de violência contra a mulher;**
- 5. Informar, conscientizar e organizar as mulheres trabalhadoras para o combate de todo tipo de discriminação de gênero, no ambiente de trabalho e em suas relações sociais, de modo geral;**

6. *Subsidiar as mulheres com informações e materiais esclarecedores referentes às denúncias e providências no sentido de combater qualquer tipo de violência e discriminação contra as mulheres, em seu ambiente de trabalho e em sua vida particular;*
7. *Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão nas relações de trabalho;*
8. *Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitas sociais e políticas, considerando as dimensões de orientação sexual;*
9. *Trabalhar em conjunto com a Secretaria de Formação uma política de formação que encoraje as mulheres a desejar assumir postos de poder no movimento sindical, incluir em todas as atividades formativas as questões de gênero e orientação sexual, capacitar as servidoras públicas federais para estarem nas mesas de negociações trabalhistas;*
10. *Lutar para que o Sindsep-DF tenha a questão de qualidade de gênero, fazendo com que ela também aconteça nos cargos importantes e estratégicos, não só naqueles de segundo e terceiro escalão;*
11. *Esclarecer as servidoras públicas federais sobre a Lei Maria da Penha (violência doméstica), assédios moral e sexual;*
12. *Fazer enfrentamento ao assédio moral e sexual que acontece cotidianamente no serviço público federal;*
13. *Organizar em conjunto com a Secretaria de Formação debates e seminários sobre questões pertinentes às mulheres;*
14. *Trabalhar para inserir as mulheres indígenas e ciganas na luta da classe trabalhadora, respeitando suas peculiaridades culturais.*

Nº 13 - Emenda modificativa

Corrigir o Art. 39 quanto à eleição do Conselho Fiscal

Art. 39 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, eleitos em **chapa separada da diretoria**.

*Tese da Direção Colegiada do Sindsep-DF
Gestão 2010/2013 - com retificações
aprovadas no 15º Congresso*



Moção de apoio

A luta dos PDVistas

Os PDVistas foram vítimas do projeto neoliberal, introduzido no Brasil pelo Governo Fernando Collor de Mello (1990/1992), que deu início à redução do poder do Estado, com demissões arbitrárias de servidores públicos e o sucateamento dos órgãos federais para facilitar as criminosas privatizações exigidas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI.

O projeto neoliberal teve continuidade no Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1993/2002), através dos programas diabólicos e maquiavélicos de Demissão Voluntária ou Incentivada (PDV/PDI). Por não poder dar continuidade às demissões arbitrárias iniciadas pelo Governo Collor, em decorrência do impeachment, o Governo FHC, agindo de maneira desumana utilizou como um subterfúgio o PDV e o PDI para obter o mesmo resultado, a redução do Estado.

Para forçar os trabalhadores a aderir ao PDV/PDI, foi usada a tática de assédio moral, como pressão psicológica, e apresentadas falsas promessas de vantagens financeiras e de melhorias do padrão de vida social, através de treinamento/capacitação dos PDVistas e da liberação de linhas de créditos para que estes ingressassem na vida empresarial. Com isso, milhares de profissionais qualificados e competentes nas suas atribuições no serviço público foram iludidos e prejudicados, e os órgãos públicos sucateados para facilitar as desastrosas privatizações.

Os PDVs/PDIs foram implementados pelas Medidas Provisórias nº 1.527, de 12/11/1996, nº 1.530, de 21/11/1996, e pela Lei nº 9.468/97, de 10/07/1997. Mas o Governo não cumpriu

os compromissos e promessas assumidos, e ao final pagou uma irrisória indenização pelos anos trabalhados, praticando a quebra de contrato por não cumprir as cláusulas do mesmo, especialmente:

1- Liberação de linha de financiamento de até R\$ 30.000,00 no Banco do Brasil,

2- Treinamentos através de órgãos públicos para inserção no mercado de trabalho sob a coordenação do Ministério do Planejamento e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Expediente semelhante seria oferecido em convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O Governo ainda publicou cartilhas que ajudaram a disseminar as mentiras anunciadas pelo Governo e a reforçar as ameaças de que quem não aceitasse aderir ao PDV/PDI acabaria demitido de qualquer maneira. Essas promessas nunca cumpridas e oferecidas como principal incentivo a quem se dispusesse a deixar o emprego público, provocou uma série de problemas financeiros e sociais a quem foi induzido a aderir aos programas.

A maioria dos trabalhadores confiou nessas promessas e abriu negócios próprios que sucumbiram em virtude do descumprimento dos compromissos de qualificar/treinar e de conceder empréstimos aos PDVistas. O Governo usou a metodologia do convencimento, através de meios escusos, recheados de mentiras, exclusivamente para enganar a boa fé dos servidores públicos, com vantagens determinadas por diplomas legais previstos e contidas nos artigos 13 a 29 da MP nº 2.174, de 24/08/2001, cujos efeitos retroagem a 1996, e que até hoje não foram cumpridas.

Estima-se que muitos dos 15.629 servidores (dados da Nota Técnica 44/2001 – DASIS/SRH) que foram levados a aderir ao PDV faleceram, restando em sua maioria desempregados vivendo às margens da sociedade com a perda de planos de saúde e o vínculo com a Previdência Social. Os mais frágeis psicologicamente se suicidaram ou enveredaram para o alcoolismo, as drogas e a marginalidade.

O Governo vem relutando em não querer reintegrar os PDVistas, alegando incompatibilidade financeira. Porém, estão previstos recursos no Orçamento da União de 2013 para a contratação de 65.000 servidores, para a substituição dos terceirizados e para a complementação do quadro de pessoal necessário ao bom funcionamento da máquina pública.

Por que não aproveitar e preencher menos de um terço (1/3) dessas vagas com os PDVistas? Visto que estes já são qualificados e, sem dúvida, farão tudo o que for possível para desempenhar com precisão as suas funções em benefício de um serviço público de qualidade.

Vale ressaltar que a readmissão dos PDVISTAS é sem custos indenizatórios e a devolução ao erário dos valores recebidos nas demissões, portanto, sem impacto substancial no orçamento conforme é citado nos Projetos de Lei nº 4.293/2008 (estatutários) e nº 7.546/2010 (celetistas), que estão tramitando na Comissão de Finanças e Tributação – CFT, da Câmara dos Deputados.

A anistia e a reintegração dos PDVISTAS sanarão uma enorme injustiça social com os milhares de trabalhadores que aderiram ao PDV, não por vontade própria e sim por indução e assédio moral, conforme foi atestado em entrevista com a Dra. Maria Cristina Peduzzi, ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o agravante da quebra do acordo por parte do Governo. Conforme dito em audiência pública pelo procurador do Trabalho e coordenador da CONAP – Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública, Dr. Alpinio do Prado Lopes, a aprovação dos PLs vai corrigir uma injustiça porque realmente os servidores foram enganados e o retorno deles não é um trem da alegria, uma vez que todos os PDVISTAS são servidores concursados.

É inadmissível que um País democrático, cujo Governo prega a igualdade de direitos fundamentais, combatendo a fome e a miséria, vire às costas para milhares de ex-servidores que doaram mais da metade de suas vidas ao serviço público e hoje se

encontram desempregados. Por fim, vale lembrar que o TST vem acatando os processos trabalhistas de pedidos de reintegração de PDVISTAS com a justificativa de que no momento da adesão ao PDV não se encontravam no seu estado psíquico normal, como foi o caso do servidor dos Correios, MANOEL OSDEMI DA SILVA, Processo nº 216800-61.1998 e 5.07.0005.

Por isso, o 15º Congresso do Sindsep-DF apoia a luta dos PDVistas e vai buscar os meios para sensibilizar a presidenta Dilma Rousseff a orientar a sua base parlamentar a aprovar os PLs 4.293/2008 e 7.546/2010, corrigindo assim uma grande injustiça social praticada sobre milhares de famílias PDVISTAS.

Plenária final do 15º Congresso do Sindsep-DF - 8/12/2012



Contribuições

Unidade dos trabalhadores (as) para derrotar as políticas neoliberais

Conjuntura:

A continuada aceleração da história desde o início dos tempos modernos, principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial, torna particularmente impossível qualquer antecipação do que concretamente venha a ser o século XXI. Os dois principais fatores dessa imprevisibilidade são por um lado as inovações tecnológicas que estão surgindo e continuarão a surgir, com efeitos que terão sobre a sociedade futura, não somente por causa do imprevisível impacto das inovações tecnológicas, mas, principalmente, em função das profundas mudanças culturais que estão ocorrendo no âmbito da sociedade consumista.

Independente de outras circunstâncias, entretanto, duas grandes tendências podem ser identificadas com relação ao século entrante, resultante por um lado do processo de globalização e, por outro, da formação de uma nova ordem mundial. Principalmente com o crescimento de países emergentes, como a China, Índia, Brasil entre outros.

Dentro desse contexto nos defrontamos com a crise financeira mundial que começou em 2008 e se arrasta até hoje, demonstrando que o capitalismo apresenta vários sintomas de esgotamento. As fórmulas mágicas que deram vida ao capitalismo se esgotaram, a prova está nas quebradeiras de países como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e segue Europa adentro.

Neste sentido, uma das tarefas da classe trabalhadora é a de buscar a saída em que se encontra hoje o mundo. Temos que ser mais ousados, a vanguarda tem que se organizar para mostrar ao povo que existem soluções para o que hoje se apresenta aos nossos olhos.

Não podemos assistir Presidentes, Ministros e Economistas se reunirem às portas fechadas para decidirem o rumo das nossas vidas. É necessário mais do que nunca levantarmos a defesa de uma sociedade justa e igualitária, sem explorados e exploradores. É chegada a hora do socialismo. Não podemos deixar nas mãos dos fracassados idealizadores do capitalismo a responsabilidade de mostrar ao povo o rumo que iremos tomar. Esta tarefa é nossa. É da classe trabalhadora. Principalmente dos movimentos sociais organizados.

Conjuntura Nacional:

O 1º de abril de 1964 deverá permanecer na memória do povo, como dia em que nos foi imposto um regime criminoso, que nos impôs uma moral conservadora, censurou a imprensa, as artes e as manifestações culturais e arrasou o sistema educacional brasileiro.

A maior herança que a ditadura nos deixou, foi justamente a falência da Educação. É importante não esquecer o que significou os anos de repressão, as transformações impostas ao nosso povo.

Neste sentido é importante publicar as memórias, levantar os arquivos e os depoimentos e escrever a história subterrânea desse período que ainda chega a nós e não apenas de forma residual. Os próprios arranjos políticos que ocorrem até hoje mantêm no poder os aliados do regime militar como Sarney, atual senador e parceiro político dos governos Lula/Dilma.

Não é de forma isolada que estamos assistindo a política equivocada do Governo Dilma, que vem implementando políticas atrasadas, renegando a própria história do seu Partido que tinha como bandeiras históricas:

- Reforma Agrária;
- Taxação sobre as grandes fortunas;
- Investimentos na Saúde e Educação;
- Desapropriação dos grandes Latifundiários;
- Incentivo à Agricultura Familiar.

Entre tantas outras bandeiras importantes para o desenvolvimento do país. Hoje o que vemos são partidos políticos submissos à ordem dos grandes empresários e banqueiros. Como podemos ser a sexta economia mundial, se ainda temos crianças fora da escola, casas sem energia, água e esgoto, condições mínimas para uma família sobreviver. Se ainda somos um dos países com a maior desigualdade social. Só tem uma explicação para tornarmos a sexta economia mundial e estarmos nesta situação. Toda a riqueza do país se concentra em 5% da população. Portanto fica a pergunta crescer pra quê??? Se o nosso povo continua cada vez mais pobre e o rico cada vez mais rico. Defendemos crescimento com distribuição de rendas, com políticas públicas que garanta Saúde, Educação, Lazer e Cultura para todos.

“PAÍS DESENVOLVIDO SE FAZ COM SAÚDE E EDUCAÇÃO”.

Balanco do Movimento:

Iniciamos o ano de 2012 com a retomada do Fórum das Entidades Nacionais, onde definimos as primeiras estratégias que a categoria de Trabalhadores do Serviço Público iria tomar em janeiro. E no dia 24/01/2012, oficializamos a Campanha Salarial/2012, onde os representantes do Fórum protocolaram, na Casa Civil, MPOG, Câmara dos Deputados, Senado Federal e STF, os Eixos Unificados da Campanha. Em fevereiro, o lançamento oficial foi no Auditório Nereu Ramos, com a primeira marcha à Brasília. Nos últimos meses, o que se viu foi uma unidade das Entidades Nacionais, principalmente daquelas 31 que integram o Fórum e que desencadearam em conjunto com suas filiadas nos Estados uma avalanche de atos públicos e greves, que colocou abaixo toda a arrogância do Governo Dilma e fez com que a mídia escrita e falada divulgasse, por noventa dias, a greve e atos públicos dos trabalhadores do serviço público. Também obrigou o Governo Dilma a negociar com o conjunto das Entidades. Temos consciência que as nossas conquistas foram mais políticas do que econômicas. Mas saímos do 0% que o Governo Dilma alardeava na imprensa,

principalmente pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento. A unidade dos trabalhadores foi sem sombra de dúvida o maior ganho da categoria. O Fórum tem uma tarefa importante para os próximos meses de 2012 e 2013 que se avizinha que é definir para 2013 o lançamento da Campanha Salarial e construir uma proposta sobre Negociação Coletiva e Direito de Greve e defendermos junto ao Governo e Congresso a sua aprovação.

Não podemos correr o risco de ver aprovado qualquer projeto que não tenha a nossa chancela. De qualquer forma avaliamos como positivo o Balanço de Movimento de 2012.

Plano de Luta:

A configuração do Plano de Lutas é fundamental para a categoria potencializar sua ação e se organizar em busca das reivindicações que melhorem suas condições de vida e trabalho. A partir desse pressuposto, formatamos nossa luta sindical em torno de bandeiras de lutas, estratégias, propostas de lutas e reivindicações.

Bandeiras de Luta:

- Dignidade e Qualificação do Servidor;
- Mudança do Modelo Econômico: redução da taxa de juros; correção das distorções da tabela de Imposto de Renda; taxação das grandes fortunas; políticas de desenvolvimento com inclusão social; crescimento do nível de emprego; retomada da atividade produtiva e do consumo; suspensão do pagamento da dívida pública e realização de auditoria dessa dívida; fim do superávit primário; revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal; investimento em infraestrutura e em políticas públicas efetivas para atender a população brasileira;
- Lutar pelo aumento dos salários;
- Lutar pelo Emprego;

- Lutar pela Reforma Agrária;
- Lutar pela Educação Pública;
- Lutar pela Universalização do Direito à Seguridade Social;
- Defesa da Previdência Pública, Solidária e por Repartição;
- Lutar contra qualquer tipo de discriminação;
- Luta pela igualdade de tratamento para a mulher trabalhadora;
- Lutar por Serviços Públicos, gratuitos e de qualidade;
- Paridade entre ativos e aposentados;
- Contratação exclusivamente mediante concurso público;
- Contra a precarização: terceirização, consultorias e convênios;
- Não às privatizações e parceria público-privado; pela reestatização das empresas públicas;
- Contra os leilões do petróleo;
- Isonomia com o Judiciário e Legislativo;
- Defesa do Serviço Público e da Nação;
- Fim do desmonte dos serviços públicos com investimento na área social e estratégica do Estado brasileiro;
- Defesa da Classe Trabalhadora, da Democracia e do Socialismo;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Não à união capital-trabalho;
- Paz, democracia, soberania de todos os povos;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos (as) trabalhadores (as);
- Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça, geração, orientação sexual;
- Contra o assédio moral nos locais de trabalho;
- Pela revogação da reforma da previdência do governo Lula (2003).

Estratégias:

- Luta unificada dos servidores públicos federais em todos os níveis e nos três Poderes;
- Construção da Greve Geral, a partir das mobilizações e greves nos estados;
- Pressão sobre todos os Ministérios com a exigência de que os Ministros, ao encaminharem os pleitos dos servidores para o Ministério do Planejamento, atuem internamente no governo, para que esses encaminhamentos não se tornem uma mera satisfação à base, mas sim um efetivo compromisso com os termos negociados/acordados;
- Fortalecimento da unidade entre as 31 entidades nacionais que compõem o Fórum das Entidades;
- Pauta unificada com demais entidades nacionais dos SPF para a negociação com o governo;
- Trabalho de pressão parlamentar, buscando apoio e/ ou divulgando os que se posicionarem contra os trabalhadores;
- Ampliação da unidade com outros setores organizados da sociedade em defesa dos direitos conquistados;
- Negociações unificadas: evitar a fragmentação das nossas reivindicações através de negociações parciais e isoladas na lógica do “salve-se quem puder”;
- Defesa da CONDSEF e dos Sindicatos Gerais, respeitando-se as organizações específicas existentes e construindo-se dia a dia a unificação.

Propostas de Lutas:

- Definir um calendário de mobilizações, preparando a categoria para o lançamento da Campanha Salarial 2013;
- Pelo apoio do governo aos planos de saúde de autogestão, com aumento da contrapartida per-capita;

- Pela manutenção da jornada de trabalho das profissões regulamentadas por lei, sem redução de salários contida no PL 2203/2011;
- Pela aprovação da PEC 555, que trata da suspensão do desconto do PSS dos aposentados do serviço público federal;
- Pela Aprovação dos PL que tratam do retorno ao trabalho dos PDVISTAS, Celetistas e Estatutários;
- Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as);
- Pelo fim do Imposto Sindical;
- Lutar pela ratificação das convenções da OIT: 87 – Liberdade e Proteção do Direito Sindical; 98 – Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva; 135 – Proteção e facilidades aos representantes dos Trabalhadores no Emprego; 158 – Proteção contra a dispensa imotivada; 100 – Igualdade de remuneração entre homens e mulheres; 111 – Eliminação de toda discriminação de emprego e ocupação; 156 – Igualdade de oportunidade e de tratamento para homens e mulheres.
- Investimento em capacitação e qualificação dos servidores públicos federais concursados;
- Defesa dos trabalhadores intoxicados da FUNASA;
- Readmissão de todos Demitidos e Anistiados do Governo Collor (Lei 8878);
- Pela transformação em RJU do regime de trabalho dos anistiados;
- Incorporação de todas as Gratificações e contra as Gratificações de Desempenho;
- Diretrizes Gerais de Plano de Carreira;
- Plano de Carreira, Cargo e Salário para os Servidores;
- Ascensão funcional;

- Ocupação dos cargos comissionados por servidores concursados;
- Reconquista dos direitos retirados pelas Reformas Administrativa e Previdenciária;
- Pelo pagamento de exercícios anteriores;
- Pelo retorno dos anuênios;
- Reenquadramento das Agências Executivas dentro da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, submetidas à mesma lógica pública e Estatal;
- Fim das Organizações Sociais com imediata devolução de seu controle ao Estado;
- Fim das parcerias do Estado com ONG, cooperativas e similares; defesa da execução de serviços públicos pelo Estado, por meio de Servidores Públicos concursados;
- Campanha de combate à corrupção, com apuração do crime e punição de corruptos e corruptores;
- Lutar pela redução da jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução de salários.

Reivindicações:

- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos/memorais de intenções firmados entre o governo, a CONDSEF e a CUT;
- Retirada dos PLP, MP, PEC e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;

- Reajuste dos benefícios;
- Definição de data-base (1º de Maio);
- Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal (Convenção 151 da OIT).

***Contribuição apresentada pelo Grupo
dos Independentes do Sindsep-DF***

Contribuição ao Congresso do SINDSEP-DF

Conjuntura

A crise que de início se instalou nos Estados Unidos em 2007/2008 é sistêmica, é do capitalismo e, sendo assim, o mundo todo imergiu na mais profunda e duradoura crise, desde a grande crise de 1929, de graves consequências, seja para bem ou para o mal. Para o bem, é real possibilidade de construção das bases para o socialismo. Para o mal, é o aprofundamento da barbárie, da miséria das guerras e da sobrevivência novamente do capitalismo.

Trata-se de uma crise do capitalismo e de seu modelo neoliberal, acentuada pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos e pela tendência ao deslocamento do centro de controle geopolítico mundial.

Frente a esta situação, agudizada em 2008, os governos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão insistem em soluções neoliberais e acentuam seu comportamento imperialista e militarista, especialmente sobre as regiões produtoras de matérias-primas.

A política monetária expansionista dos Estados Unidos e o ajuste fiscal ortodoxo na Europa buscam, através de caminhos distintos, o mesmo objetivo: proteger o grande capital, fazendo as camadas populares e as periferias do mundo pagarem o custo da crise e a sobrevivência do capitalismo.

Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do Welfare State. Ao mesmo tempo, crescem as ameaças contra as liberdades democráticas e a soberania dos países mais fracos. Hungria e Grécia são dois exemplos disto.

Parte importante da esquerda social-democrata europeia é cúmplice ativa das políticas de “austeridade” e de “imperialismo humanitário” (pretexto utilizado nos casos da Líbia, Síria e Irã).

É preciso perceber que esta cumplicidade *contribui para* e também *se alimenta de* uma variável mais profunda, a saber: a reação conservadora de amplos setores da população europeia, vinculada ao deslocamento do centro geopolítico mundial em favor das periferias.

Nos países centrais, também há outra esquerda que, embora minoritária, busca em meio à crise ser consequente na defesa da democracia, do bem-estar social e do socialismo; investe na retomada da mobilização social; e conduz uma crítica ideológica ao neoliberalismo e ao capitalismo. Mas esta esquerda é minoritária e na maioria dos casos ainda não conseguiu construir uma estratégia que lhe permita ser futuramente hegemônica.

A crise está afetando, em maior ou menor medida, todos os países, inclusive os chamados BRICS. A depender do impacto que tenha sobre a China, que possui vínculos profundos com os Estados Unidos, que responde por parte importante do dinamismo da economia mundial, a crise pode atingir um patamar ainda mais grave.

Além dos efeitos econômico-sociais, a crise é uma das causas da crescente instabilidade política e conflitos militares. A guerra em larga escala passou a ser uma variável considerada em todas as análises, mesmo por aqueles que ironizavam como “superados” os vínculos entre imperialismo e conflitos militares.

O cenário latino-americano e caribenho é *relativamente distinto* do cenário internacional, pois, está em curso, com maiores e menores dificuldades, em importantes países, modelos distintos

de desenvolvimento econômico e social. A crise chegou nesta região com menos intensidade. Afinal, a histórica demanda reprimida de sua população, os ajustes feitos por governos neoliberais na década de 90, confere aos governos eleitos com plataforma de mudanças, de fortalecimento do Estado, da defesa da soberania ter capacidade de estar respondendo melhor a crise. Mas não podemos abrir a guarda, fortalecer a relação política, econômica e cultura, fortalecer o MERCOSUL e todas as iniciativas que estreite essa relação regional. Implementar as propostas da plataforma laboral das Américas longamente debatida no âmbito do movimento sindical, governos e patrões. Precisamos superar o subdesenvolvimento da América Latina e suas mazelas. É preciso acabar com o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de pessoas, o trabalho escravo. Preservar e valorizar as populações originárias suas culturas e seu território.

Brasil

No caso do Brasil, a política adotada no segundo mandato de Lula permitiu resistir aos efeitos da crise internacional iniciada em 2007. A resistência à crise continua durante o governo Dilma, mesmo com sua crescente dificuldade em aprofundar as mudanças, a economia cresce, mas cresce menos; o emprego cresce, mas cresce menos; a desigualdade cai, mas cai menos. Consideramos que isso é decorrência da estratégia e da política de alianças herdadas do governo Lula; bem como dos erros táticos cometidos na campanha eleitoral de 2010, desde o papel conferido ao PMDB, passando pela linha de campanha e pela ausência de programa.

No início do segundo ano de mandato, a presidenta exhibe altos níveis de popularidade. Contudo, fazemos uma avaliação crítica, em particular dos seguintes aspectos: composição do ministério; inflexões incorretas na política externa, de comunicação, de cultura; continuidade do subfinanciamento da

saúde e educação e dos titubeios nos direitos humanos; uma política macroeconômica aquém da necessária para enfrentar os impactos da crise internacional; e a ausência de empenho em favor de reformas estruturais.

A decisão de aprofundar as medidas “ortodoxas” adotadas no início do governo Dilma, especialmente pelo Banco Central tem causado um grande estrago na economia com o crescimento pífio do PIB em 2,5% ano passado. Mas a causa de fundo já foi apontada por nós, ainda durante a campanha de 2010: para dar continuidade e aprofundar as mudanças, é preciso mais recursos orçamentários e mais força política. Esta depende de reforma política e democratização da comunicação. Aquela depende de reforma tributária e redução na taxa de juros.

A classe trabalhadora brasileira não pode pagar pela crise, neste sentido, o balanço do primeiro ano de mandato da presidenta Dilma e dos primeiros meses do segundo ano é crítico. Desde uma postura intransigente com o funcionalismo público federal, do contingenciamento do orçamento para as áreas das políticas sociais. Passando pela posição retrógrada na defesa da reforma do código florestal, culminando com o grave erro da concessão/privatização de três importantes aeroportos. Na economia mantém na alta as taxa de juros, privilégio aos especuladores, superávit primário e nenhuma mudança na política de câmbio.

A pauta dos trabalhadores no congresso até agora só foi derrota. No âmbito do governo federal podemos resumir em uma vitória: o Compromisso Nacional para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, assinado em março pelo governo, empresários da construção civil e trabalhadores. O compromisso estabelece condições de trabalho, segurança e representação sindical diretamente no local de trabalho, o que pode se traduzir em mais organização, mais luta. Por exemplo, no dia 27/03, os trabalhadores das empreiteira que constroem as usinas hidroelétricas de Jiral e

Santo Antônio estavam em greve por salário e condições decente de trabalho. A hora de lutar é agora. Apesar de tudo, saudamos as recentes iniciativas do governo em imprimir uma pauta política e econômica positiva para enfrentar a crise. Cujos resultados será acompanhado de perto por nós.

Reafirmamos que para enfrentar a crise, e para continuar mudando o país, será necessário acelerar e muito a queda dos juros; combinando isto a medidas mais intensas de proteção da economia regional e nacional, entre as quais o controle do câmbio. Além disso, é preciso construir uma estratégia que permita implementar reformas estruturais no país. A reforma agrária, a reforma urbana, a reforma fiscal e tributária. Encaminhar a votação do projeto do marco regulatório dos meios de comunicação social e da banda larga, da reforma política, retomar o debate sobre a reforma do sistema financeiro. A definição de investimento de 10% do PIB para educação e 10% das receitas brutas da união para saúde. A implementação dessas políticas é determinante para o desenvolvimento democrático e popular.

Para que isso ocorra, entretanto, é preciso derrotar a resistência dos neoliberais e dos social-liberais, que hegemonizaram parte do governo Lula e seguem presentes no governo Dilma; além de terem o controle de importantes parcelas do Parlamento, do judiciário, de governos estaduais e municipais, dos meios de comunicação e, por suposto, das grandes empresas.

O papel da CUT na luta de classes

Na Europa, após a II Guerra Mundial, em função do fortalecimento da União Soviética e do campo socialista no leste europeu, do fortalecimento dos diversos setores socialistas, comunistas e sociais-democratas dos países centrais, e também com as possibilidades abertas de um novo processo de valorização do capital, o capitalismo europeu incorporou direitos sociais e melhorias consideráveis em termos de salários, redução

de jornada etc. no que ficou conhecido como Welfare State ou Estado de Bem Estar Social.

Isto foi compensado com um forte investimento no desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o aumento da produtividade do trabalho nos países centrais, com aumento da extração de mais-valia e exploração da força de trabalho, no controle das fontes de matéria-prima e do mercado consumidor dos países de periferia.

Sem essa combinação não haveria condições de financiamento do Estado de Bem Estar Social.

É nesse contexto que a social-democracia europeia fez do “crescimento econômico” a condição *sine qua non* de suas conquistas trabalhistas, sociais e políticas.

Acontece que a dinâmica do capital é contraditória, provocando crises cíclicas e periódicas, cujas consequências, na maior parte das vezes, são transferidas da burguesia para os trabalhadores, bem como dos países centrais para os periféricos. É o que está acontecendo agora na crise iniciada em 2008.

Frente à crise dos anos 1970, a burguesia iniciou o desmonte do Estado de Bem Estar, mas o regime socialista do leste europeu era o contraponto, mantendo-se as garantias. Com o fim do paradigma socialista, é retomado e intensificado o desmonte com a grande crise que está em curso agora, vide a proposta do piso proteção social, em contraponto a conquista da seguridade social. A social-democracia, comprometida com a noção de que o crescimento é a base do bem-estar, se vê sem condições ideológicas e políticas para enfrentar globalmente este desmonte, sendo ora derrotada pela direita, ora fazendo ela própria o serviço sujo da burguesia.

Quanto mais crescimento, maior pode ser a distribuição de renda e de riqueza. Mas o crescimento nos marcos do capitalismo traz consigo a ampliação da desigualdade, bem como da concentração do poder e da dependência externa.

As lutas da classe trabalhadora nesse marco assumem um duplo caráter: elevar o nível imediato das condições político-econômicas dos/as trabalhadores/as e acumular forças para a superação das relações capitalistas de produção.

Não negamos a necessidade de desenvolvimento nem a necessária distribuição de renda, mas, achamos que isso é insuficiente, pois o capitalismo não suporta níveis crescentes desse movimento.

Por outro lado, quando o desenvolvimento capitalista é acompanhado de reformas democrático-populares (como na Europa do pós-Segunda Guerra, ou em algumas experiências na periferia do capitalismo), o sistema cria dificuldades e limitações crescentes a este processo, até no limite derrotar e reverter as reformas, como está acontecendo nos últimos 40 anos com a crescente destruição do estado de bem estar social.

Por isto, é preciso ir além do nacional-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. É preciso implementar uma estratégia de desenvolvimentismo democrático-popular, que articule reformas estruturais com o objetivo de construir outra forma de organização social, a sociedade socialista como transição para uma sociedade que acabe com a exploração da força de trabalho, com a propriedade privada dos meios de produção, com as classes sociais e com o Estado.

Avaliamos que a estratégia formulada pelo setor majoritário da CUT (e também do PT), nos anos 1990, tem forte parentesco com a estratégia adotada pela social-democracia europeia após a Segunda Guerra. Mas há uma diferença importante: a esquerda brasileira vai se tornando mais e mais social-democrata, no exato momento em que as condições de sobrevivência da social-democracia estão sendo destruídas pelo neoliberalismo e pela crise do capitalismo.

Defendemos que a estratégia da CUT articule as lutas cotidianas, com a luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

As lutas cotidianas por melhorias nas condições de salário e de trabalho impulsionando as conquistas de direitos criam um ambiente que permite elevar a consciência da classe trabalhadora.

Ter um horizonte estratégico que vá além do “pacto pelo crescimento econômico com distribuição de renda”, incorporar as reformas estruturais e o questionamento do capitalismo, permitiria à CUT fortalecer a consciência de classe e uma adequada compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista.

A política industrial de um governo de esquerda pode incluir medidas de proteção e isenções. É fato, também, que a redução da taxa de juros interessa a setores do empresariado. Entretanto, as ações conjuntas da CUT com a FIESP e com a Força Sindical na defesa da “indústria nacional” simplesmente desconsideram as conexões entre o grande empresariado “produtivo” e “especulativo”, assim como acabam, a pretexto de defender a “indústria nacional”, fazendo o jogo de monopólios transnacionais.

Outro aspecto negativo foi a baixa combatividade da CUT na luta contra as concessões privatistas dos aeroportos por parte do governo federal, o que colocou a militância sindical numa defensiva trazendo graves prejuízos para a luta política e ideológica.

Para enfrentar essa nova (velha) crise, o caminho deve ser exatamente o inverso: exigir medidas que aumentem os recursos públicos para investimentos em políticas sociais, infraestrutura e geração de empregos; mudança na política econômica, com radical redução nas taxas de juros; investimento na reforma agrária e na agricultura familiar, para através da ampliação da oferta de alimentos reduzir os riscos de inflação. Como medidas paliativas, que dificultem as demissões, defendemos também o aumento da multa por demissão, de 40% para 100% do saldo do FGTS, além da aprovação da convenções 87 e 158 da OIT.

Portanto, nosso caminho não é o do pacto social, deve ser o da mobilização, não apenas para impedir que os trabalhadores paguem a conta da crise, mas também para exigir do governo medidas contra a crise que permitam ao país continuar crescendo com redução da desigualdade, ampliação dos empregos, da capacidade produtiva e da soberania nacional.

A CUT deve investir nas mobilizações de massa, na solidariedade entre os trabalhadores, na exigência de que o grande capital financeiro e monopolista pague a conta da crise.

Um rápido balanço da Greve

A maioria das categorias do funcionalismo público federal, que fizeram greve por dois meses, firmou acordo com o governo no final de agosto, aceitando o índice de reajuste de 15,8%, parcelado em três anos a partir de 2013.

O governo, que no início da greve, afirmava que não poderia conceder nenhum reajuste para os servidores, foi obrigado a ceder e negociar com as entidades representativas do movimento um reajuste linear para todos. No caso da Fasubra, que representa os funcionários técnico-administrativos das universidades federais, além dos 15,8% foram conquistados reajustes *nostep* para 3,17% em 2014, e 3,8% em 2015, bem como ganhos no plano de carreira, como o incentivo à capacitação.

O principal acordo foi fechado com a Condsef, que representa 500 mil trabalhadores. Nesse caso, além do reajuste salarial, foi acordado um reajuste nos benefícios dos servidores do Executivo: o auxílio-alimentação deve passar de R\$ 304 para R\$ 373 e os planos de saúde sofrerão reajuste entre 15% e 30% na contrapartida do governo. Os novos valores passam a valer a partir de janeiro de 2013.

A Condsef acertou com o governo, também, que em 2013 será retomada a discussão da principal reivindicação do setor, que é a equalização de todas as tabelas salariais com a Lei 12.277/10.

Algumas categorias deram continuidade à greve, entre elas os professores universitários, representados pelo Andes-Sindicato Nacional. No dia 23/8, o Andes havia feito uma ousada contraproposta ao governo: abriu mão dos índices de reajuste reivindicados, dando preferência à reestruturação da carreira.

Dois pesos, duas medidas....

Ao mesmo tempo em que impôs aos funcionários civis um índice de reajuste que quase certamente será inferior à inflação acumulada do período 2013-2015, o governo concedeu aos mais de 600 mil militares das Forças Armadas o índice de 30%, também em três parcelas anuais. As justificativas para conceder quase o dobro do aumento concedido aos civis teriam sido 1) a percepção de que os militares estão com salários “defasados” e 2) a satisfação do governo com o fato de ter sido contida a rebelião de oficiais da reserva contra a Comissão Nacional da Verdade.

Apesar do modesto reajuste, e muito aquém das nossas reais necessidades, essa greve demonstrou que a categoria do funcionalismo público tem muita disposição de luta. Foi fundamental para o sucesso da greve a unidade da diretoria do sindicato, que não mediu esforços para garantir em todos os locais de trabalho a estrutura necessária para a realização da luta.

O aumento obtido, mesmo longe de atender às necessidades e o que merecemos, é fruto de uma luta histórica em que demonstramos nossa capacidade de mobilização e de unidade em torno de nossas reivindicações. Uma luta que serve de base para as futuras campanhas.

Em vez de atender as demandas dos servidores, o governo adotou uma política errada, de submissão ao ‘mercado’, que desvia quase metade do Orçamento da União para pagamento de juros e serviços da dívida pública, o que só beneficia os banqueiros, e que concede de forma irresponsável isenções fiscais aos grandes empresários, além das privatizações de aeroportos e rodovias, tudo isso em detrimento do serviço público, tão necessário para o povo brasileiro.

Endurecimento

A truculência do governo, que por muitas vezes se negou a negociar e atacou de todas as formas o direito de greve dos servidores públicos, incluindo medidas como o corte do ponto e a publicação do decreto 7.777/12, que fere a Constituição e a Convenção 151 da OIT ao autorizar a contratação de fura-greve, inclusive por meio da terceirização.

O decreto, que teve por objetivo substituir os funcionários em greve por trabalhadores estaduais ou municipais e até por trabalhadores “terceirizados”, representou um retorno das práticas autoritárias de governos conservadores, como o de Sarney, que também editou um decreto antigreve fracassado. Como agravante, a presidenta Dilma ainda mandou cortar o ponto de servidores em greve.

A CUT, que não pode ser acusada de inimiga do governo, reagiu e protocolou no Supremo Tribunal Federal, no início de agosto, Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto 7.777, da qual também são signatárias outras entidades, de representação nacional do funcionalismo federal.

O decreto é inconstitucional porque impõe restrições ao direito constitucional de greve e permite contratação na forma de convênio, o que é vedado na própria Constituição Federal. Algumas atividades são consideradas atividades típicas de Estado e não poderiam ser substituídas desta forma. O que gerou o protocolo de denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra as atitudes antissindicais do governo na tentativa de acabar com a greve legítima dos servidores públicos.

Outro gesto deplorável do governo, no decorrer da greve, foi à assinatura de um “acordo” com o Proifex, sindicato chapa-branca de professores federais cuja representatividade é ínfima. O intuito era isolar o Andes, que é amplamente majoritário na categoria, mas a encenação não deu certo, dada a forte mobilização dos docentes universitários.

...duas medidas

Um dos acertos dos governos Lula foi a expansão e fortalecimento do Estado em diversas áreas, acompanhada, em certa medida, de uma ampliação do funcionalismo público federal. Foi o caso das universidades federais, por exemplo: o governo criou 14 delas, espalhadas pelo país, e contratou milhares de professores qualificados.

O crescimento da presença do poder público é fundamental para ampliar os serviços oferecidos à população e garantir direitos. O Brasil precisa de mais auditores para combater o trabalho escravo e as burlas à legislação trabalhista, bem como para fiscalizar a arrecadação de tributos federais (como o Imposto de Renda e as contribuições patronais à Previdência e ao FGTS). Precisa de mais agentes da Polícia Federal para vigiar as fronteiras, atacar o crime organizado, o desmatamento e outros crimes ambientais. Precisa de mata-mosquitos para evitar a dengue. Precisa reforçar os quadros do Ministério da Saúde, da Funai, do Inbra e de diversos outros órgãos públicos, porque somente assim as políticas públicas poderão tornar-se efetivas.

Desse modo, o funcionalismo precisa ser valorizado, e suas reivindicações devem ser objeto de avaliação, de negociações sérias, ainda que o governo ache impossível aceitar todas. Manter uma relação madura com o funcionalismo é, ou deveria ser, componente fundamental de uma política de valorização e consolidação do setor público.

Ao mesmo tempo em que jogou duramente com o funcionalismo em greve, o governo acenou com bondades e pacotes para a iniciativa privada, por meio de desonerações da folha de pagamento, incentivos fiscais e parcerias em investimentos em logística e transportes. O contraste chama atenção.

Para atender 1 milhão e 690 mil servidores públicos federais, o governo gastará R\$ 17 bilhões em três anos. No entanto, deixou de arrecadar mais de R\$ 100 bilhões no último ano com as desonerações concedidas aos empresários.

Celebrados os acordos, o governo, por intermédio da ministra Miriam Belchior, faz coro com o senador Aloysio Nunes (PSDB) e com setores da mídia e insiste em falar de “regulamentação” do direito de greve - a qual, caso venha a ocorrer, será apenas uma nova forma de cercear a liberdade sindical do funcionalismo público. Certamente um caminho equivocado para a gestão Dilma, o de atacar suas próprias bases sociais.

**Contribuição apresentada pela
Articulação de Esquerda**



SINDSEP-DF 

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - Sindsep-DF

SBS Qd. 01 Ed. Seguradoras 16º e 17º andares
Brasília-DF – 70.093-900

Fones: (61) 3212-1900 / 9603-6001

Fax: 3225-0699

www.sindsep-df.com.br

Siga-nos no Twitter: [@sindsepdf](https://twitter.com/sindsepdf)

Curta nossa página: www.facebook.com/Sindsep-DF